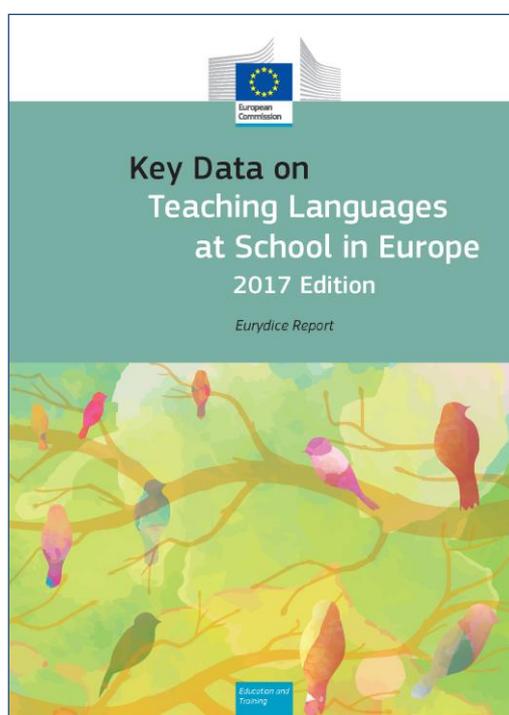


O que é a Rede Eurydice?

A Rede Eurydice tem como objetivo analisar e explicar a organização e o funcionamento dos diferentes sistemas educativos europeus. A Rede apresenta descrições dos sistemas educativos nacionais, estudos comparativos sobre temas específicos, indicadores e dados estatísticos. Através da sua atuação, a Rede Eurydice pretende promover a compreensão, a cooperação, a confiança e a mobilidade aos níveis europeu e internacional. A Rede é constituída por unidades nacionais localizadas em países europeus e é coordenada pela Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura da União Europeia. Todas as publicações da Rede Eurydice estão disponíveis gratuitamente no sítio de Internet da Unidade ou em exemplares impressos mediante pedido. Para mais informações sobre a Rede Eurydice, ver <http://ec.europa.eu/eurydice>

Destaques Eurydice

Números-Chave sobre o Ensino das Línguas nas Escolas da Europa – Edição de 2017



*Quais são as línguas aprendidas pelos alunos nas escolas da Europa e em que idade é iniciada a aprendizagem da primeira e segunda línguas estrangeiras? Que nível de proficiência linguística devem os alunos atingir no final do ensino obrigatório? De que forma são avaliadas as competências linguísticas dos migrantes recém-chegados e que tipo de apoio linguístico é disponibilizado? Estas são algumas das questões abordadas no recente estudo Eurydice intitulado *Números-Chave sobre o Ensino das Línguas nas Escolas da Europa*.*

A edição de 2017 é bastante extensa e cobre os temas principais do ensino e da aprendizagem de línguas. Esta publicação, inserida na série Key Data, combina dados estatísticos com informação sobre políticas e normas educativas.

Esta quarta edição contém 60 indicadores distintos, organizados em cinco capítulos: Contexto, Organização, Participação, Professores e Processos Educativos. Na construção dos indicadores, recorreu-se a uma diversidade de fontes, incluindo a Rede Eurydice, o Eurostat e os inquéritos internacionais PISA e TALIS da OCDE. Os dados da Rede Eurydice abrangem todos os países da União Europeia, assim como Bósnia e Herzegovina, Suíça, Islândia, Listenstaine, Montenegro, a Antiga República Jugoslava da Macedónia, Noruega, Sérvia e Turquia.

A presente edição de "Destaques Eurydice" oferece um resumo das principais conclusões do relatório.

O relatório integral

Key Data on Teaching Languages at School in Europe – 2017 Edition está disponível em inglês no sítio de Internet da Eurydice <http://ec.europa.eu/eurydice>

Exemplares impressos do relatório podem ser solicitados para o seguinte endereço eletrónico: eurydice@dgeec.mec.pt

Contacto em Portugal:

eurydice@dgeec.mec.pt e 213949314

Os alunos começam mais cedo a aprender uma língua estrangeira

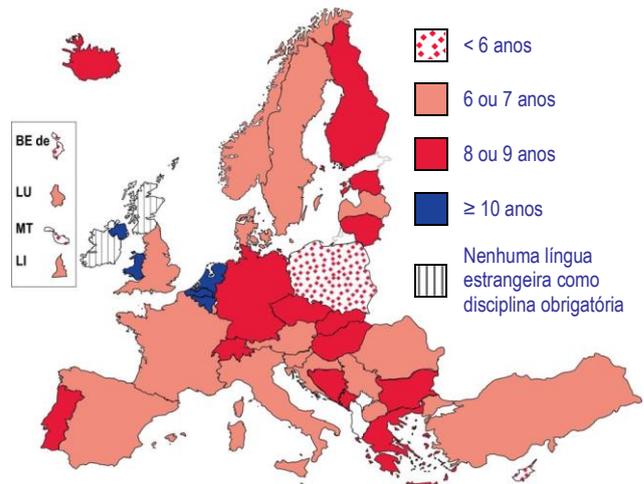
Na maioria dos países, os alunos começam a aprender a sua primeira língua estrangeira como disciplina obrigatória entre os 6 e os 7 anos de idade, durante os primeiros anos do ensino primário (em Portugal corresponde aos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico). Numa minoria substancial de países, os alunos começam a aprender línguas por volta dos 8 ou 9 anos de idade. Somente três sistemas educativos impõem a aprendizagem obrigatória de línguas a partir da educação pré-escolar: Polónia e Chipre (que recentemente adotaram reformas que visam a reduzir a idade para iniciar a aprendizagem obrigatória de uma língua estrangeira) e Bélgica (Comunidade germanófona).

Na Bélgica (Comunidade francófona), Alemanha, Espanha e Suíça, a idade de início varia ligeiramente dependendo da região ou área administrativa. Na Suécia, Estónia e Finlândia, as escolas gozam de alguma flexibilidade para decidir a partir de que idade os alunos devem começar a aprender a primeira língua estrangeira.

A nível da UE, 83,8 % de todos os alunos matriculados no ensino primário no ano de 2014 estudavam uma língua estrangeira ou mais, o que

corresponde a um aumento de 16,5 pontos percentuais desde 2005. Estes dados confirmam que os alunos estão a iniciar mais cedo a aprendizagem de uma língua estrangeira do que no passado.

Idade para iniciar a primeira língua estrangeira como disciplina obrigatória, 2015/16



Fonte: Eurydice.

Contudo, na maioria dos países, a proporção de tempo de ensino dedicado às línguas estrangeiras continua a ser modesta nos currículos do ensino primário. Na maior parte dos casos, essa proporção varia entre 5 e 10 % do tempo total de ensino.

A aprendizagem de uma segunda língua estrangeira não é obrigatória em todos os países

São mais os alunos que aprendem uma segunda língua estrangeira no nível secundário inferior (em Portugal corresponde ao 3.º ciclo do ensino básico). A nível da UE, em 2014, 59,7 % de todos os alunos do nível secundário inferior aprendiam duas línguas estrangeiras ou mais. Trata-se de um aumento acentuado relativamente a 2005, em que os valores se situavam em 46,7 %. Esta situação reflete uma mudança a nível das políticas de vários países, com vista a antecipar a idade de início da aprendizagem de uma segunda língua estrangeira como disciplina obrigatória; subseqüentemente, aumentou a proporção de alunos a aprender duas línguas estrangeiras. Efetivamente, ao contrário de 2003, a aprendizagem de uma segunda língua estrangeira é atualmente obrigatória para todos os alunos a partir dos últimos anos do ensino primário na Dinamarca, Grécia e Islândia e a partir de inícios do

ensino secundário inferior na República Checa, França, Itália, Malta e Polónia.

Ao invés da obrigatoriedade de aprender duas línguas estrangeiras, alguns currículos nacionais optam por dar a oportunidade a todos os alunos de aprender duas ou mais línguas estrangeiras. Por exemplo, na Bélgica (Comunidade francófona), Espanha, Croácia, Eslovénia, Suécia, Listenstaine e Noruega, aprender duas línguas estrangeiras não é obrigatório para todos os alunos antes de concluírem a escolaridade obrigatória; porém, todos os alunos têm a oportunidade de o fazer durante esta etapa. Em todos estes sistemas de educação, com exceção da Bélgica (Comunidade francófona), todos os alunos têm a oportunidade de aprender duas línguas o mais tardar no início do ensino secundário inferior.

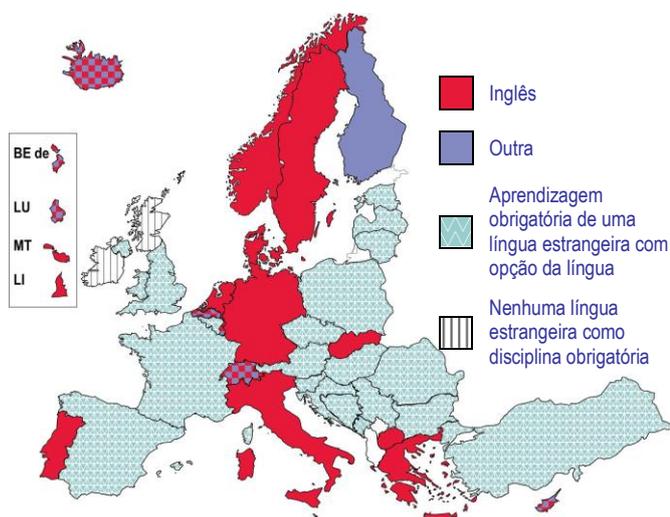
O inglês é a língua estrangeira mais aprendida

O inglês é a língua estrangeira mais aprendida pelos alunos durante o ensino primário e secundário em praticamente todos os países europeus. A nível da UE, quase todos os alunos (97,3 %) aprenderam inglês durante o nível secundário inferior em 2014. Além disso, relativamente a 2005, a proporção de alunos a aprender inglês no ensino primário sofreu um aumento de 18,7 pontos percentuais a nível da UE, atingindo um total de 79,4 %. O francês ocupa o segundo lugar como língua estrangeira mais estudada no nível secundário inferior, com 33,3 % dos alunos a nível da UE a aprendê-la em 2014. O alemão é a terceira língua estrangeira mais popular, com 23,1 % dos alunos, seguida do espanhol com 13,1 %.

Nos casos em que os sistemas educativos exigem a aprendizagem de uma determinada língua estrangeira específica, o inglês é habitualmente a língua especificada. Este é o caso de quase metade dos países analisados.

Nos casos em que é obrigatória a aprendizagem de uma outra língua estrangeira para além do inglês, é frequentemente uma das línguas oficiais de um país. O francês é a primeira língua estrangeira obrigatória nas comunidades germanófona e flamenga da Bélgica, e é a segunda língua obrigatória em Chipre. O alemão, o inglês e o francês são línguas obrigatórias no Luxemburgo; já na Suíça, para além do inglês, dependendo do Cantão, são obrigatórias as seguintes línguas: alemão, francês, italiano ou reto-romanche. Quer o dinamarquês quer o inglês são obrigatórios na Islândia. Em contraste, a Finlândia é o único país que não menciona o inglês entre as suas línguas obrigatórias. Na Finlândia, o sueco é obrigatório nas escolas onde o finlandês é a língua de ensino, enquanto o finlandês é obrigatório nas escolas onde o sueco é a língua de ensino.

Línguas estrangeiras obrigatórias durante a escolaridade obrigatória, 2015/16



Fonte: Eurydice.

Ao concluírem a escolaridade obrigatória, os alunos devem atingir o nível de “utilizador independente” na sua primeira língua estrangeira

A vasta maioria dos países utiliza o Quadro Europeu Comum de Referência (QECR) elaborado pelo Conselho da Europa para estabelecer níveis de desempenho para as línguas estrangeiras comparáveis em termos internacionais.

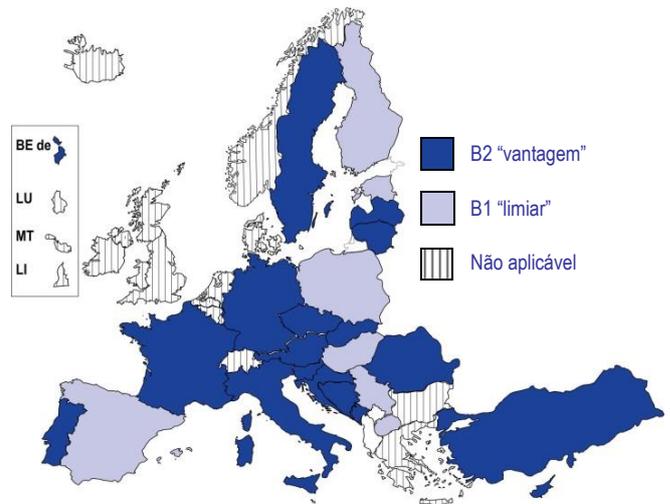
No final do ensino secundário superior (em Portugal corresponde ao ensino secundário) geral, a maior parte dos países exige, no mínimo, o nível B2 (Utilizador independente - nível “vantagem”) para a primeira língua estrangeira. Diversos países

fixaram o mínimo no nível B1 (Utilizador independente – nível “limiar”).

Nenhum dos sistemas educativos europeus fixou o desempenho mínimo nos níveis de maior proficiência linguística (C1 ou C2).

Os níveis de desempenho para a segunda língua são habitualmente mais baixos do que para a primeira língua estrangeira. Na maioria dos países, os mínimos exigidos situam-se no nível B1 (“limiar”). De igual modo, em todos os países a segunda língua estrangeira é estudada durante menos anos e o total de tempo de ensino também é menor do que aquele que é atribuído à primeira língua estrangeira.

Nível mínimo de desempenho (QECR) previsto para a primeira língua estrangeira no final do ensino secundário superior geral (CITE 3), 2015/16



Fonte: Eurydice.

No EFP os alunos aprendem menos línguas estrangeiras do que os seus pares no ensino geral

Os alunos que frequentam o ensino geral ou o ensino e formação profissionais (EFP) tendem a aprender as mesmas línguas. Todavia, em termos de participação, existe uma tendência óbvia para aprender um menor número de línguas estrangeiras no ensino profissional do que no ensino geral. As estatísticas de participação refletem de forma fidedigna as diferenças a nível da oferta de línguas de acordo com o estipulado nos currículos oficiais para os alunos do ensino geral, por um lado, e para os alunos do EFP por outro.

A nível da UE, em 2014, a proporção do total de alunos no nível secundário superior da via profissionalizante a aprender duas línguas ou mais era de 34,5 %. Ou seja, aproximadamente 20 pontos percentuais menos do que os seus pares no ensino geral. A nível dos países, no ano de 2014, 11 sistemas educativos tinham pelo menos 90 % dos alunos no ensino secundário superior geral a aprender duas ou mais línguas estrangeiras (Bélgica (Comunidade flamenga), República Checa, Estónia,

França, Croácia, Luxemburgo, Roménia, Eslovénia, Eslováquia, Finlândia e Listenstaine). Somente a Roménia atingiu esta percentagem no ensino secundário superior profissional.

Adicionalmente, a proporção de alunos no ensino secundário superior profissional que não aprendem uma língua estrangeira é mais elevada do que no secundário superior geral. Em 2014, em apenas dois sistemas educativos, um terço ou mais do total da população do ensino secundário superior geral não participou na aprendizagem de uma língua estrangeira (Reino Unido e Noruega). Em contrapartida, no ensino secundário superior profissional, foram sete os sistemas educativos (Bélgica (Comunidade francófona), Dinamarca, Alemanha, Grécia, Espanha, Islândia e Noruega) onde se verificou um nível idêntico de não-participação na aprendizagem de línguas.

Mais de metade dos professores de línguas estrangeiras viajaram para o estrangeiro por razões profissionais

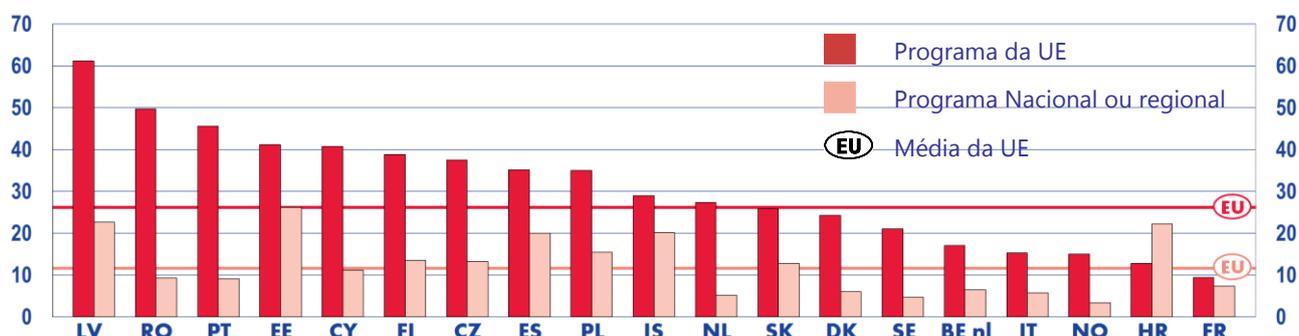
Segundo os resultados do TALIS 2013, 56,9 % dos professores de línguas do ensino secundário inferior indicaram ter viajado para um país estrangeiro por motivos profissionais durante a sua formação inicial ou durante o exercício da sua docência. Trata-se de uma percentagem mais

elevada do que aquela verificada para professores de outras disciplinas, em que somente 19,6 % viajaram para o estrangeiro. Fatores como o financiamento e dificuldades na substituição de professores podem contribuir para a falta de mobilidade. O financiamento da UE é a principal

fonte de apoio financeiro para docentes de línguas estrangeiras que viajam por motivos profissionais. Em 2013, 26,1 % dos docentes de línguas estrangeiras do nível secundário inferior que indicaram ter viajado para o estrangeiro por razões

profissionais beneficiaram de financiamento de um programa europeu como o Erasmus+. Somente 11,5 % tinham viajado com o apoio de um programa nacional ou regional.

Proporção de docentes de línguas estrangeiras modernas no ensino secundário inferior que viajaram para um país estrangeiro por razões profissionais com o apoio de um programa de mobilidade transnacional, 2013



Fonte: Eurydice, com base no TALIS 2013.

A maioria dos países europeus oferece apoio linguístico aos alunos migrantes recém-chegados

Determinar os tipos apropriados de apoio necessários aos alunos migrantes recém-chegados constitui um primeiro passo essencial para satisfazer as suas necessidades. Atualmente, cerca de um terço dos países europeus emite recomendações centrais sobre a avaliação da língua de ensino dos alunos recém-chegados. No resto da Europa, o acolhimento dos alunos recém-chegados é uma matéria remetida para a autonomia da escola, e as instituições são livres de estabelecer os seus próprios procedimentos de avaliação.

Uma das medidas de apoio para alunos recém-chegados é a oferta de aulas separadas em que é assegurado o ensino intensivo das línguas com o objetivo de preparar os alunos para uma entrada

rápida nas aulas regulares. Estas aulas preparatórias estão disponíveis em menos de metade dos países europeus. A maioria dos países opta por integrar os alunos migrantes recém-chegados diretamente nas salas de aula regulares (no ano de escolaridade correspondente à sua idade), proporcionando, se necessário, apoio linguístico suplementar.

Quase metade dos países oferece aulas complementares na língua de ensino para os alunos migrantes e mais de um terço dos sistemas educativos europeus oferece ensino individualizado ou um currículo específico individual.

O relatório integral **Key Data on Teaching Languages at School in Europe – 2017 Edition** está disponível em inglês no sítio de Internet da Rede Eurydice: <http://ec.europa.eu/eurydice>